

PSICOLOGIA SÓCIO-HISTÓRICA, EMERGÊNCIAS E DESASTRES

HISTORICAL-SOCIAL PSYCHOLOGY, EMERGENCIES AND DISASTERS

Isabela Fracasso de Oliveira Machado¹

Ramiz Candeloro Pedroso de Moraes²

RESUMO

Emergências e desastres são eventos causadores de grandes impactos na integridade física e psicológica de quem os sofre. O presente artigo objetiva analisar o novo paradigma do pensamento e da práxis psicológica na questão das emergências e desastres, a partir do Curso Psicologia da Gestão Integral de Riscos e Desastres, oferecido na plataforma OrientaPsi (2015-2016). As vídeoaulas presentes em cada módulo foram assistidas, posteriormente tiveram as suas falas transcritas literalmente e, em seguida, analisadas. Compreende-se que inicialmente o contato da Psicologia, neste contexto, era reduzido ao atendimento clínico, entretanto as reflexões da Psicologia Sócio-Histórica frente a uma nova proposta de atuação, que ultrapassa as paredes da clínica, possibilitou contemplar as possíveis ações do(a) psicólogo(a) nos cenários de emergências e desastres. O curso trouxe conhecimentos de uma forma sistemática, sendo o olhar da Psicologia desmistificado e a prevenção com a população e com as políticas públicas torna-se central neste contexto, favorecendo a escuta da população e a organização desta, enquanto redes de apoio e fomento de resiliência. A relação Psicologia Sócio-Histórica, emergências e desastres traz a reflexão de que se deve encontrar formas para reconstruir melhores condições de vida, redes de apoio que auxiliem na recuperação e respeitem a dignidade humana.

Palavras-chave: Emergências e Desastres. Psicologia Sócio-Histórica. OrientaPsi.

¹ Graduada em Psicologia no Centro Universitário UNIFAFIBE, Bebedouro, SP. E-mail: belamachado93@hotmail.com.

² Mestre, docente e orientador de TCC no curso de Psicologia do Centro Universitário UNIFAFIBE, Bebedouro, SP. E-mail: ramizcpm@hotmail.com.

ABSTRACT

Emergency and disasters are events that cause great impacts in the physical and psychological integrity Who suffer for it. The present article has as objective to analyze the new paradigm of the thought and the psychological praxes (actions) in the question of emergencies and disasters starting from the course of Psychology of the Integral Management of Risks and Disasters offered by OrientaPsi (2015-2016). All the video-classes present en each module were assisted before and they had their speech originaly transcribed and then analysed. It is understood that at the beginning the contact of the Psychology in this context was reduced to the clinic service, however with the reflection of the Historic-Social Psychology in a new propose of performance that goes beyond the walls of the clinic brings the possibility to see the possible actions of the psychologists in the scenery of emergencies and disasters. The course brought knowledge of a systematic way in which the eyes of the Psychology is dismistificated and the prevention with the population and with the public politics became the center of this context and contribute to the population listening and its organization as a support net and forment of resiliency. The relation Historical-social Psychology emergencies and disasters bring the reflection that we must find ways to rebuild better conditions to life, support nets that help the recovery and respect the human dignity.

Keywords: Emergencies and Disasters. Historical-Social Psychology. OrientaPsi.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo de conclusão de curso aborda o tema da Psicologia em Emergências e Desastres, estudado pela Psicologia Ambiental e Social. Nos últimos anos tem-se observado uma série de desastres naturais e tecnológicos em níveis mundiais, com diferentes magnitudes, mas que a cada vez têm se tornado mais frequentes e devastadores e possuem como consequência, além dos prejuízos financeiros, a perda de vidas e, principalmente, os impactos psicológicos na população, de forma direta ou indireta.

Mesmo não sendo considerado um país com grandes potenciais para desastres naturais, o Brasil tem vivenciado questões alarmantes frente às situações

de emergências e desastres. Isso acarreta impactos econômicos, físicos, sociais e psicológicos, a médio e longo prazo, a toda população.

O termo desastre é compreendido por eventos que variam quanto às causas, podendo ser naturais (resultantes das forças da natureza) ou tecnológicos (resultantes de ações humanas); no entanto ambos têm como consequência a destruição de bens materiais e de vidas humanas, além de causar, principalmente, o sofrimento. Seus impactos podem ser sentidos de forma direta ou indireta, ou seja, pelos próprios indivíduos que vivenciam o evento ou por aqueles que o presenciam através de outros meios, como por exemplo, a mídia. Todavia, os efeitos devem ser analisados a médio e longo prazo, haja vista que, assim que acontece um fenômeno desta magnitude, qualquer reação que o indivíduo venha a ter deve ser considerada normal. O que é anormal é a ocorrência de tal evento.

Na perspectiva psicológica, o fenômeno desastre é considerado um acontecimento que nos transpassa e não nos permite alcançá-lo, como se fosse difícil até mesmo compreendê-lo, o que faz com que leve um período de tempo para que seja assimilado, compreendido e por fim elaborado.

A Psicologia brasileira, nos últimos anos, vem se debruçando sobre estas questões e seus impactos na subjetividade humana, surgindo como um novo campo de atuação e pesquisa para psicólogos.

A Psicologia Social com bases materialista-histórica volta-se para trabalhos comunitários, deixando de pensar no individual de forma reducionista. A Psicologia Sócio-Histórica critica essa Psicologia que se esqueceu de que o homem tem a capacidade para transformar e modificar a natureza e com essa dinamicidade também se transforma. O fenômeno psicológico, para esta abordagem, não é inato, mas se constrói no decorrer dos anos, sendo resultado das condições sociais, econômicas e culturais que compõem a trajetória humana. Em outras palavras, quando se fala em fenômeno psicológico para a Psicologia Sócio-Histórica, fala-se em sociedade, que por sua vez, é responsável pelas ações que exerce em relação à natureza, aos atos que afetam e trazem consequências para o viver humano.

Desta forma a problemática que envolve a presente pesquisa estabelece-se em como a ciência psicológica vêm abordando o tema das emergências e desastres

no contexto nacional? Qual a contribuição da Psicologia no contexto multiprofissional em cenas de emergências e desastres?

Este trabalho objetiva analisar o novo paradigma do pensamento e da práxis psicológica na questão das emergências e desastres, a partir do Curso Psicologia da Gestão Integral de Riscos e Desastres, oferecido na plataforma OrientaPsi (2015-2016).

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Psicologia Sócio-Histórica

Em meados da década de 1960, nascem os questionamentos sobre a Psicologia Social, que traz o pragmatismo norte-americano e a visão de homem abstrato, evidenciando uma crise que os conhecimentos psicossociais não conseguiam explicar e nem prever nos comportamentos. Em 1979, no Peru, psicólogos latino-americanos, inclusive os brasileiros, fizeram propostas concretas para uma Psicologia Social com base materialista-histórica, que se voltavam para trabalhos comunitários e conseguiriam superar estas visões reducionistas do ser humano (LANE, 2004).

A Psicologia Sócio-Histórica que parte da Psicologia Histórico-Cultural de Vigotski, apresenta-se desde seu desenvolvimento como uma possibilidade para superar essas visões da Psicologia. Ela leva consigo a crítica, não somente na intencionalidade de quem a desenvolveu, mas também por seus fundamentos epistemológicos e teóricos (BOCK, 2007).

Nesta concepção, o homem não só vive dentro de si, ele possui uma estrutura que lhe permite desenvolver, uma superestrutura, que por sua vez é social e em consequência, histórica. Porém muitas vezes o ser social é ignorado e desconsiderado pela Psicologia, baseando suas conclusões sobre as relações em comportamentos que ocorrem em situações específicas, analisadas, muitas vezes retiradas do próprio contexto social. A Psicologia se esqueceu de que o homem, quando em relação com outros homens, tem capacidade para transformar e modificar a natureza, e nisto, também se transforma (LANE, 2004).

Para a Psicologia Sócio-Histórica o fenômeno psicológico se desenvolve no decorrer dos anos de vida, não sendo inato no ser humano, ele é reflexo das condições sociais, econômicas e culturais que compõem a vida humana. Como consequência, o fenômeno psicológico para a Sócio-Histórica, é falar da sociedade. Mencionar a subjetividade humana é falar da objetividade em que se vive. Para se compreender o mundo interno é preciso compreender o mundo externo, ou seja, são aspectos do processo de atuar e construir o mundo. Este possui componentes que formam a parte psicológica do homem. Para a Psicologia Sócio-Histórica, não é possível pensar em todos estes elementos (social, cultural e econômico) como sendo algo fora do homem, fora de seu mundo psicológico, como algo que vai destruí-lo. Pelo contrário, ambos os mundos (social e psicológico) caminham lado a lado (BOCK, 2007).

Para Lane (2004), se o homem não for produto e produtor de sua própria história, como também da história da sociedade, a Psicologia seria uma reprodutora que impediria a transformação social. Para a autora, é por meio do materialismo histórico e da lógica dialética que a Psicologia vai encontrar o caminho para reconstruir o conhecimento que possibilite uma intervenção efetiva nas relações sociais que constituem cada indivíduo, que por sua vez são objeto da Psicologia Social. A intenção é tocar o indivíduo concreto, manifestação de uma totalidade histórico-social, partindo do empírico.

Bock (2007) afirma que a Psicologia Sócio-Histórica

(...) concebe o homem como ativo, social e histórico; a sociedade, como produção histórica dos homens que, através do trabalho, produzem sua vida material; as idéias, como representações da realidade material; a realidade material, como fundada em contradições que se expressam nas idéias; e a história, como o movimento contraditório constante do fazer humano, no qual, a partir da base material, deve ser compreendida toda produção de idéias, incluindo a ciência e a psicologia (BOCK, 2007, p. 17-18).

Através dos dois fatores abordados acima, o psicólogo social consegue se aprofundar na análise do indivíduo concreto, levando em conta, “a imbricação entre relações grupais, linguagem, pensamento e ações” (LANE, 2004, p.16), que são características para a análise psicossocial. Já o conceito de “atividade” traz ações encadeadas, realizadas juntamente com outros componentes do grupo, para uma

satisfação de uma necessidade que eles tenham em comum; entretanto, para isso, a comunicação realizada por meio da linguagem e da ação que é o pensamento é resultante de outras atividades já realizadas no passado. Ao contemplar uma ação, leva-se a repensar suas ações, a ter consciência sobre si e sobre os outros, levando questionamentos sobre os sentidos pessoais que são atribuídos às palavras, e às consequências das atividades desenvolvidas pelo grupo social. Este processo em si desenvolve a consciência do indivíduo (LANE, 2004).

A Psicologia também naturalizou o que é o social, definindo padrões de normalidade. O problema surge quando essas diferenças acabam se firmando como desigualdades que são sociais (BOCK, 2007). Isto evidencia o que Goffman (1982) nomeou como “estigma”, que se resume em rotular determinada pessoa associando-a a uma determinada característica, ou seja, ela se torna a característica que têm. O estigma é dividido em três tipos pelo autor: deformidades físicas (abominações do corpo), culpas de caráter individual (distúrbios mentais, alcoolismo, desemprego, comportamento político radical) e tribais de raça, nação e religião, respectivamente. É possível observar que eles poderiam ser também definidos por seus aspectos físicos, mentais e/ou psicológicos e sociais, em que os indivíduos que apresentassem alguma característica que não se enquadrava nos padrões de normalidade previamente definidos, tornar-se-iam excluídos pela sociedade a que pertenciam.

A clássica afirmação de Lane (2004, p.19) de que “toda psicologia é social” não significa que todas as áreas da Psicologia fazem parte da Psicologia Social, mas sim que cada área específica traz sua parcela histórico-social do ser humano. Esta concepção sugere que não se pode conhecer o comportamento humano isolado ou fragmentado, fora de um ambiente social, aquele não existe sem o social. Também não se deve considerar a Psicologia Social uma especificidade. Ela continua buscando compreender e conhecer o indivíduo como um conjunto de relações sociais. Assim, a Psicologia Social também se torna capaz de responder à questão do homem como sujeito da história, transformador de sua vida e da sociedade em que está inserido, como em qualquer outra área da Psicologia.

Para a Psicologia Sócio-Histórica, quando se trabalha com o indivíduo, este é ativo e transformador do mundo, ou seja, ele interfere em seu meio social; para

atingir o subjetivo, também se trabalha o social, assim como para atingir o social também se trabalha o subjetivo. Social e subjetivo são interligados dentro da Psicologia Sócio-Histórica (BOCK, 2007).

2.2 Emergências e Desastres

O termo desastre é caracterizado por Weintraub, Noal, Vicente e Knobloch (2015) como um fenômeno que pode ser observado tanto sob uma perspectiva individual como coletiva. É um acontecimento que nos transpassa, não nos permite alcançá-lo, como se fosse até mesmo difícil imaginá-lo ou tentar representá-lo de alguma forma e para compreendê-lo e elaborá-lo, talvez necessitemos de um período de tempo, para que seja assimilado. O dicionário Michaelis (s/p.) traz sua definição de desastre como sendo um “acidente funesto, uma desgraça, uma grande fatalidade [...]”, que por sua vez vem complementar a definição apresentada.

Os desastres são eventos que variam quanto à sua causa, podendo tanto ser naturais como os terremotos, furacões, inundações, como também resultantes da produção do próprio homem, como as guerras, o terrorismo, contaminações, entre outros. Entretanto, ambas as causas apresentam como consequência a destruição, seja ela de bens materiais ou chegando a mortes e lesões físicas, além do próprio sofrimento humano (OCAMPO, 2006). Mas o que tanto os desastres naturais como os produzidos pelo homem têm em comum são que ambos geram impactos a todos, independentemente de estarem ou não presentes no acontecimento. O grau de sua destruição provoca a sensação de vulnerabilidade que é despertada pelo sofrimento que este fenômeno deixa na população (PARANHOS; WERLANG, 2015).

O Brasil, por não ser considerado um país que apresente potencial para sofrer grandes desastres naturais como terremotos, furacões e tsunamis, não mantém programas e planos solidificados para prevenção, como também para a atuação antes, durante e após desastre. Por não estar no centro destes acontecimentos, no Brasil tem-se a falsa impressão de que estamos imunes a qualquer evento. Porém não é o que a realidade nos apresenta, já que nos últimos anos, temos vivenciado enchentes e deslizamentos que ocorrem nos períodos de chuva, deixando mortos, desabrigados e desaparecidos. É necessário estabelecer planos, tanto em níveis de

prevenção como em formas de atuação (PARANHOS; WERLANG, 2015). Pensando na preocupação com os socorros públicos que vinham sendo apresentados desde a primeira Carta Constitucional em 1842 e se repetindo em todas subsequentes, em 1940, o governo brasileiro criou um órgão para ser o responsável pela proteção civil frente às situações de emergências e desastres: a Defesa Civil. Esta se consolida em 1960 depois de diversos episódios de seca e de enchentes no país e propõe um conjunto de ações que visam à prevenção, a resposta (atuação) e a recuperação, partindo do objetivo de se evitar e minimizar os desastres, socorrendo a população e a levando novamente à normalidade (WEINTRAUB et al. 2015).

Para ser considerado um desastre pela Defesa Civil é preciso verificar a interação da magnitude do evento com a vulnerabilidade do sistema, ou seja, a capacidade da população que o sofreu de lidar com ele, além do tamanho prejuízo e dos danos que ela teve com tal evento (BRASIL, 2007).

Os eventos de desastres e emergências podem ser classificados como situações que desencadeiam estresse, tanto pelo seu caráter imprevisível, ou seja, não é possível prever quando vai ocorrer, quanto pelo perigo que representam à integridade física e emocional das pessoas, necessitando de ações imediatas. Qualquer desastre é fonte de destruição, causa danos materiais e humanos, ainda que varie em grau e intensidade. São tragédias que afetam a vulnerabilidade do homem e que levam ao desamparo, relacionado aos traumas que, em suma, podem ser permanentes para quem sobreviveu a um evento do gênero (PARANHOS; WERLANG, 2015).

Os impactos à saúde humana mostram que estes fenômenos afetam a população de maneira desigual e de diferentes formas, sendo direta ou indiretamente, apresentando efeitos de curto e longo prazo que por sua vez variam de acordo com as características do evento (magnitude) e as condições de vulnerabilidade socioambiental do território (FREITAS; SILVA; SENA; SILVA; SALES; CARVALHO; MAZOTO; BARCELLOS; COSTA; OLIVEIRA; CORVALÁN; 2014).

Todas as sequelas e impactos deixados na população em consequência da situação de desastres ou emergência levaram a Psicologia brasileira a refletir sobre esta temática. Começou-se a olhar tanto para as necessidades psicológicas da

população que sofreu este fenômeno como também até mesmo para os trabalhadores e os voluntários que auxiliam nestas ocasiões, visto que se trata de eventos que podem provocar alterações psicológicas, individuais ou coletivas acarretadas devido ao trauma (PARANHOS; WERLANG, 2015).

A Psicologia Brasileira observou a possibilidade de se aproximar e intervir em uma política pública que ainda estava em construção, contribuindo a fim de causar melhorias neste campo. Isto culminou em aprimoramentos na Defesa Civil e como consequência impulsionou processos significativos à Psicologia. A partir de 2006, a Secretaria Nacional de Defesa Civil aceitou que o Conselho Federal de Psicologia contribuísse em seu trabalho. Com isso iniciaram-se as construções de eventos científicos que discutissem sobre a junção de ambas as áreas, além da colaboração em eventos próprios da Defesa Civil. (CFP, 2011). Houve, por exemplo, a realização do 1º e 2º Seminários Nacionais de Psicologia das Emergências e Desastres em 2006 e 2012 respectivamente; a participação ativa na 1ª Conferência Nacional de Defesa Civil (I CNDC); a criação da Associação Brasileira de Psicologia de Emergências e Desastres (ABRAPED), em 2012, entre diferentes outros eventos relacionados ao tema promovido pelo CFP (CFP, 2011; WEINTRAUB et al. 2015).

Pela relevância e atualidade do tema para a Psicologia, pretendemos analisar as últimas produções científicas e as contribuições do curso Psicologia da Gestão Integral de Riscos e Desastres, oferecido na plataforma OrientaPsi (CFP, 2015), através da perspectiva da Psicologia Sócio-Histórica.

3. METODOLOGIA

Este artigo se baseia em uma pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva; que segundo Gil (2002), pode ser compreendida, respectivamente, como a redução e categorização dos dados, a interpretação e a produção escrita. Torna-se exploratória por ter como objetivo aprimorar ideias ou descobertas que permitem considerar diversos aspectos do fato estudado. E por fim é descritiva por possibilitar descrever o fenômeno estudado, levantar dados.

É, ainda, uma análise documental, porque se configura em um estudo de documento, que ainda não recebeu tratamento analítico (GIL, 2002). Trata-se do Curso Psicologia da Gestão Integral de Riscos e Desastres, oferecido na plataforma OrientaPsi aos psicólogos cadastrados e, atualmente, aos estudantes de Psicologia, sendo composto por dez módulos, disponibilizados a partir dos meses de dezembro de 2015 e abril de 2016.

Foram assistidas as vídeoaulas presentes em cada um dos dez módulos, que contava com um ou dois professores de referência. A partir disto, foram transcritas as falas literalmente e posteriormente analisadas, com o objetivo de atingir o maior número de informações possíveis sobre a práxis da Psicologia neste contexto.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados e discussões estão organizados a partir da descrição e exploração de cada módulo (ORIENTAPSI, 2015), entendendo a importância e inovação de cada um deles.

O módulo I trata da apresentação do curso, da Política de Proteção e Defesa Civil e das áreas de conhecimento que são necessárias para a atuação neste contexto. O módulo II traz o conceito de desastre, tanto para o Estado, como para o CFP por meio da Comissão Nacional de Psicologia em Emergências e Desastres, os quais, em linhas gerais tratam de uma ruptura que afeta o funcionamento de uma comunidade e/ou sociedade.

No módulo III é estabelecida uma linha do tempo - Psicologia e situações de desastres e emergências – em que inicialmente se resume à atuação clínica. Entretanto a Psicologia Social surge com um novo paradigma e novas reflexões quanto à atuação, englobando ações de pré-desastre e pós-desastre.

No módulo IV, é apresentado o conceito de gestão de riscos e desastres para a proteção e Defesa Civil e o papel da Psicologia nas diferentes fases do desastre. As atividades relacionadas com desastres ocorrem em dois momentos: normalidade (destinadas à percepção de risco pela comunidade) e anormalidade (deve ser coordenada, feita no próprio cenário no auxílio às vítimas).

O módulo V traz a percepção de risco da população e como esta influencia na elaboração de Planos de Contingência. Esta percepção compreende a forma como a pessoa entende o ambiente e suas possibilidades de moradia. Ressalta-se que muitas vezes as pessoas sabem que se encontram em locais de risco, mas não têm outra opção. Traça perspectivas de como as pessoas vão reagir à situação de desastre, sendo que este se relaciona com o grau de destruição que provoca e o número de mortos. Já o módulo VI, se configura na proposta e intervenção feita na fase de pré-desastre, na cidade de Belo Horizonte por psicólogos.

O módulo VII é um tratado sobre a Atenção Psicossocial após os desastres, levando em consideração a capacidade e vulnerabilidade dos sobreviventes. Os profissionais devem ser convidados a vir ao cenário e serem articulados ao planejamento em vigor. O módulo VIII continua na Saúde Mental e Atenção Psicossocial, verificando que desde o princípio deve-se fornecer uma rede de cuidados. São apresentadas possibilidades de atuação com grupos (cuidadores, atores sociais, rede SUS).

Já o módulo IX apresenta os cuidados psicológicos em acidentes aéreos, assim como os tecnológicos. E, por fim, o módulo X apresenta intervenção psicológica com os profissionais de emergência, ou seja, aqueles que atuam direta e indiretamente nestes cenários. Estes profissionais têm como característica de trabalho o treinamento, com o qual eles aprendem as técnicas do ofício e as estratégias de enfrentamento. Um dos principais objetivos de uma intervenção com o profissional é fomentar a resiliência, atentando para os mecanismos que funcionam e os que não funcionam. Devem-se priorizar os cuidados grupais, para que o profissional se sinta mais seguro e, em último caso o atendimento individual. Os riscos de adoecimento dos profissionais são baixos, resultantes do treinamento que recebem.

A Psicologia Sócio-Histórica compreende o indivíduo como ativo e transformador do mundo; ele interfere em seu meio social e para atingir o subjetivo também é trabalhado o social e vice-versa (BOCK, 2007). Para se trabalhar com os afetados em desastres é preciso envolver a comunidade vítima do evento. Um dos principais pontos debatidos pelo Curso Gestão Integral de Riscos e Desastres (ORIENTAPSI, 2015) é que se deve considerar principalmente a voz da

comunidade, o que ela diz, porque além de auxiliar no socorro às vítimas, ela é uma peça importante para a recuperação. É necessário construir comunidades mais seguras e capazes de desenvolver redes de apoio.

Segundo Lane (2004), o homem é produto e produtor da sua própria história, como também da sociedade. A Psicologia deve encontrar o caminho para reconstruir o conhecimento que possibilite uma intervenção efetiva nas relações sociais que constituem cada indivíduo. A percepção de risco da população pode trazer o conhecimento de que o lugar em que se reside é de risco e pode até mesmo já ter vivenciado situações de desastres. Mas a questão é que muitas vezes as pessoas não têm para onde ir, já são condenadas pela sociedade, em geral, por sua condição socioeconômica e pouco é feito por elas. Mas muitas vezes se esquece de que não se perdem somente bens materiais, mas também, se perdem memórias, lembranças e vidas. Ao se trabalhar com essas comunidades é preciso encontrar formas para reconstruir melhores condições de vida, redes de apoio que auxiliem na recuperação e respeitem a dignidade humana.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo de conclusão de curso visa analisar o novo paradigma do pensamento da práxis psicológica em relação às emergências e desastres, através do Curso Psicologia da Gestão Integral de Riscos e Desastres, o qual possibilita refletir sobre as possíveis atuações do(a) psicólogo(a), dentro dos cenários de desastres e emergências, o que por sua vez, vai muito além de uma intervenção clínica, focada somente nos efeitos psicológicos dos afetados pelo evento. A atuação pode se iniciar muito antes que o fenômeno ocorra, averiguando as percepções de riscos, as regiões, as medidas que cabem ser tomadas, a conscientização da população residente desses locais, bem como a participação na elaboração do plano de contingência que engloba todas estas questões mencionadas.

A Psicologia Sócio-Histórica, orientação teórica deste trabalho, ensina a desenvolver uma visão crítica do ser humano e rever/ampliar a própria práxis da Psicologia. Esta busca compreender o homem como produto e produtor de sua

própria história e como em consequência da história da sociedade, não é possível o comportamento humano isolado ou fragmentado do ambiente social.

Para se trabalhar o indivíduo que é ativo e transformador do mundo, é preciso atingir o seu subjetivo, que também se relaciona com o social e para atingir o social também se trabalha com o subjetivo. Em outras palavras para se trabalhar um aspecto é preciso trabalhar o outro. Ambos são interligados e um interfere diretamente no outro, de acordo com a Psicologia Sócio-Histórica.

Por ser uma temática recente e complexa é preciso ser compreendida em todas as suas dimensões ética, estética, psicossocial, intersetorial, política, econômica e cultural.

REFERÊNCIAS

BOCK, A. M. B. A Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em psicologia. In: BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G. M.; FURTADO, O. **Psicologia Sócio-Histórica** (uma perspectiva crítica em psicologia). 3º Ed. São Paulo: Cortez, 2007, p.15-35.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretária Nacional de Defesa Civil, **Política Nacional de Defesa Civil**. Brasília: Secretária Nacional de Defesa Civil, 2007. Disponível em: <http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=6aa2e891-98f6-48a6-8f47-147552c57f94&groupId=10157>. Acesso em: 24 mai. 2016.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, **Textos Geradores** – II Seminário Nacional de Psicologia em Emergências e Desastres. Brasília: CFP, 2011. Disponível em: <http://portal.crppr.org.br/editor/file/Emergencias_e_Desastres_texto_preparatorio.pdf>. Acesso em: 24 mai. 2016.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, **Jornal do Federal**. Ano XXV, nº110, Brasília: CFP, maio 2015. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2015/05/JornalFederal_Maio+Capa_Final2.pdf>. Acesso em: 24 mai. 2016.

FREITAS, C. M; SILVA, D. R. X; SENA, A. R. M; SILVA, E. L; SALES, L. B. F; CARVALHO, M. L; MAZOTO, M. L; BARCELLOS; C; COSTA, A. M; OLIVEIRA, M. L. C; CORVALÁN, C.; Desastres naturais e saúde: uma análise de situação do Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, vol. 9, n. 19, p. 3645-3656, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232014000903645>. Acesso em: 22 mai. 2016.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo, Atlas, 2002, p. 176.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade. 4 ed. São Paulo: Zahar Editores, 1982.

LANE, S. T. M. A Psicologia Social e uma nova concepção do homem para a Psicologia. In: LANE, S. T. M.; CODO, W. **Psicologia Social: O Homem em Movimento**. 13 ed. São Paulo: Brasiliense, 2004, p.10-19.

MICHAELIS, H.; VASCONCELOS, C. M. **Português Gramática Prática**. Ed. Melhoramentos, 1998-2009. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/>>. Acesso em: 22 mai. 2016.

OCAMPO, H. T. Mesa de abertura. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **1º Seminário Nacional de Psicologia das Emergências e dos Desastres**: contribuições para a Construção de Comunidades mais seguras. Brasília: CFP, 2006). Disponível em: <http://www.crpssp.org.br/portal/comunicacao/diversos/mini_cd_oficinas/pdfs/Cartilha_1_Seminario_Nacional_desastres.pdf>. Acesso em: 27 mai. 2016.

ORIENTAPSI. **Curso Psicologia da Gestão Integral de Riscos e Desastres**. 2015. Disponível em: <<http://orientapsi.cfp.org.br/courses/20>>. Acesso em 07 jul. 2016.

PARANHOS, M. E.; WERLANG, B. S. G. Psicologia nas Emergências: uma nova prática a ser discutida. **Psicologia: Ciência e Profissão**, vol. 2, n. 35, p. 557-571, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v35n2/1982-3703-pcp-35-2-0557.pdf>>. Acesso em: 22 mai. 2016.

WEINTRAUB, A. C. A. M.; NOAL, D. S.; VICENTE, L. N.; KNOBLOCH, F. Atuação do psicólogo em situações de desastre: reflexões a partir da práxis. **Interface comunicação saúde educação**. Botucatu, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/icse/2015nahead/1807-5762-icse-1807-576220140564.pdf>>. Acesso em: 19 mai. 2016.

Recebido em 13/08/2017

Aprovado em 11/12/2017